

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CONJUNTURA NACIONAL

*Maria Cândida de Pádua Coelho**

*Alaide Rita Donatoni***

A educação no Brasil vive uma enorme crise de conjuntura que expressa sob várias formas e diferentes níveis uma profunda crise das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Repensar a educação brasileira nessa conjuntura implica em repensar as inter-relações sociais de produção e de trabalho que estão na sua base e que são o seu fundamento, expressando tanto as relações capitalistas nacionais, quanto as relações capitalistas internacionais.

A nova divisão social e técnica do trabalho e as novas formas de exploração impostas pelo capitalismo monopolista mundial cria novas formas de retaliação e de subordinação dos países periféricos aos países de primeiro mundo, o que acaba repercutindo na educação brasileira e no seu sistema de ensino.

O ideário ideológico do neoliberalismo, principal matriz ideológica do capitalismo reaviva princípios e direitos fundamentais que supostamente são efetivados por todos, numa suposta sociedade igualitária. Os ideais de liberdade e igualdade são retomados com vigor tendo como pressuposto básico a ideologia do desenvolvimento e da unidade nacional, cuja combinação, na realidade, garante a ampliação do capitalismo e a abertura total do mesmo aos monopólios internacionais.

A cidadania, a democracia e a igualdade são apregoados como princípios almejados e já alcançados por todos quando, na verdade, não passam de simples especulações políticas, cujo discurso tem sido amplamente utilizado na manutenção do poder.

*Professora Aposentada do Departamento de Fundamentos da Educação - UFU; Membro da Diretoria Executiva da ADUFU-SS.

** Professora do DPOPP (Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica) da UFU; Membro da Diretoria Executiva da ADUFU-SS.

A educação como direito de todos e dever do Estado expressos na última Carta Constitucional e ratificados na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional continua sendo mero objeto de especulação político-filosófica, não se efetivando, até o momento, na concretude da realidade social.

A cada momento histórico o poder estabelecido direciona o processo educacional segundo os interesses hegemonicamente configurados em vontades políticas que nem sempre expressam os interesses e necessidades da maioria. Nesta direção, algumas sociedades capitalistas têm imposto um projeto de educação seletivo e excludente, que tem marginalizado grande parte da população.

Tal é o exemplo brasileiro, pontuado por exclusões diferenciadas que expressam, por um lado, o acesso e a não permanência à escola e, por outro, a total negação do direito de acesso escolar.

A chamada “Nova República”, que as “diretas já” tentou resgatar, embora apontasse para a reorganização da sociedade em novas frentes de luta política, não criou as condições de efetivação da cidadania brasileira cuja realização se dá, em parte, na universalização e democratização da educação e do ensino, em seus diferentes graus e níveis.

O país conta, ainda hoje, com mais de 30 milhões de analfabetos, sendo que mais da metade da população em idade escolar encontra-se fora da escola¹.

Segundo dados referentes à exclusão escolar, no início dos anos 60, apenas 45% da população brasileira na faixa de 7 a 14 anos freqüentava a escola. Hoje, em que pese uma forte pressão da sociedade por maior demanda escolar 3,5 milhões de crianças nesta faixa etária ainda permanecem sem oportunidades de acesso à escola básica² e mais de 7 milhões entre 7 e 14

1. Dados do MEC/1993.

2. MELLO, Guiomar N. (org..) Educação e Transição Democrática - 2ª Ed. nº 16. P.N.T. São Paulo, Cortez, 1985, p. 16.

anos encontram-se fora da escola³. Além disso, sabemos que apenas dois quintos dos que entram para a escola concluem as quatro séries iniciais, e menos de um quarto as concluem sem repetência⁴.

Esses dados nos mostram o descaso do poder público para com a educação, o que leva a uma agravante no que se refere a subescolarização: sabe-se que no grupo entre 15 e 29 anos 18,8 milhões não chegaram a completar quatro anos de escolaridade⁵.

O Plano Decenal de Educação Para Todos, recentemente elaborado no País (1993), expressa posições "consensuais" sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que repetem, mais uma vez, as tendências de caráter inovador do passado. Continua-se falando de universalização da educação e melhoria da qualidade do ensino numa conjuntura pontuada por significativas dificuldades estruturais expressas na heterogeneidade e rigidez das estruturas econômicas, na concentração do progresso técnico e da riqueza acumulada, nos elevados índices de desigualdade regional e social de renda e num mercado interno relativamente limitado e marcado pela inserção de mão-de-obra jovem e barata.

As Universidades Públicas continuam sendo sucateadas a cada dia, ao mesmo tempo em que correm o risco de serem privatizadas a qualquer momento.

Os enormes cortes de verbas e a falta de recursos para a educação, além do desperdício ou mau uso do dinheiro do Estado, bem como o mau gerenciamento dos recursos têm ocasionado uma baixa produção de conhecimento e escassa produção de pesquisa, com baixa qualidade do ensino.

De forma análoga, a autonomia administrativa, financeira e didático-científica das universidades encontra-se sob ameaça constante, não só pela falta de recursos mas, fundamentalmente, pelo excessivo controle exercido

3. Plano Decenal de Educação para Todos - MEC/UNESCO - Brasília, 1993, p. 20.

4. Idem.

5. Idem.

pelo núcleo de poder do Estado e conseqüente fragilização da participação popular nas decisões de setores estratégicos da vida nacional.

Como se não bastasse tudo isso, tivemos a pouco tempo a aprovação do FSE - Fundo Social de Emergência - peça básica do ajuste fiscal e do Programa de Estabilização do governo, cujo aspecto social prioritário configura-se, dentre outras coisas, com a retirada de verbas do setor social para a sustentação do plano FHC - Fernando Henrique Cardoso e para o pagamento das dívidas externa e interna. **Nos cortes de verbas orçamentários destacamos:**

Educação	20%
Ciência e Tecnologia	15%
Ministério do bem Estar Social	50%
Previdência Social	20%

(Jornal Extra Classe - Ano XI - nº 70 - Sindicato Professores Minas Gerais fev./mar. 1994, p. 06 e 07)

Nos cortes dos subprogramas da área social, destacamos:

Reforma Agrária	31%	US\$ 315 milhões
Bolsa de Estudos	31%	US\$ 61 milhões
Assistência ao Menor ...	20%	US\$ 116 milhões
Sistemas de Esgoto	31%	US\$ 26 milhões
Pesquisa Fundamental ...	25%	US\$ 83 milhões

(Jornal Extra Classe - Ano XI - nº 70 - Sindicato Professores Minas Gerais fev./mar. 1994, p. 06 e 07)

Observa-se que essa retirada de verbas desses setores sociais, acarretará sérios problemas à população como um todo e à educação em especial.

Logo, falar de Plano Decenal ou outros planos que vierem a acontecer, torna-se inócuo crença, já que o objetivo maior é de fato o pagamento da dívida interna e externa, cujo valor aumentou em 35 bilhões de dólares (em termos líquidos) - metade de todos os gastos previstos para este ano⁶.

O Brasil pagou, entre 1987 e 1993, 92 bilhões de dólares da dívida

externa e a estimativa de pagamento até o ano 2.000 é de US\$ 141 bilhões⁷. Será que isto é uma questão de interesse nacional?

Defender a universalização de um ensino público de qualidade é de fundamental importância, principalmente agora em que os programas privatistas do governo estão prestes a se consolidar.

Nesse momento, mais do que nunca, em que pese todas as dificuldades estruturais e conjunturais vividas pelo País, a classe trabalhadora está sendo insistentemente convocada a participar de uma luta unificada e coesa em prol do ensino público, gratuito e de qualidade. Acreditamos que, atuando nessa direção estaremos atingindo, ainda que em parte, os eixos básicos do projeto democrático-popular que nos propusemos a construir, ou seja: educação, democracia e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Jornal Extra Classe - Ano XI - nº 70 - Sindicato dos Professores de Minas Gerais - Fevereiro/março de 1994.
- . Jornal Folha de São Paulo - 28/08/94, p. 4.5.
- . Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em tramitação.
- . Plano Decenal de Educação Para Todos - MEC/UNESCO - Brasília, 1993.